

Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos

Ana Paula Pereira Martins*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central traçar um breve panorama histórico acerca dos principais postulados teóricos da abordagem funcionalista ou escola linguística chamada funcionalismo, bem como de seus principais representantes desde a sua vertente europeia até a americana. O funcionalismo linguístico difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo – por conceber a linguagem como um instrumento de interação social, tendo um interesse de investigação linguística que vai além da estrutura gramatical, pois busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Assim, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua.

ABSTRACT

This paper aims to provide a brief historical overview of the main evolutionary theoretical postulates of the functionalist approach to language, as well as its main authors from Europe and the U.S. Functionalism differs from formalist linguistic approaches - structuralism and generative theory - by designing language as an instrument of social interaction, with an interest in linguistic research that goes beyond the grammatical structure, the search for discursive context as the motivation for the facts of language. Thus, the functionalist approach to language seeks to explain the regularities observed in the interactive use of language.

I. Introdução

Este trabalho tem como objetivo traçar um breve panorama histórico acerca dos principais postulados teóricos da abordagem funcionalista ou escola linguística chamada *funcionalismo*, bem como de seus principais representantes desde a sua vertente europeia até a americana.

Para alcançar tal objetivo, este artigo se organiza da seguinte maneira: na seção I, serão abordados, sucintamente, conceitos que caracterizam modelos teóricos como o estruturalismo e seus herdeiros, o formalismo e o funcionalismo, no que se refere à concepção de língua. Em seguida, serão apresentadas as noções associadas aos termos

* Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A autora agradece a sua orientadora, Vera Lúcia Paredes Silva, pelas valiosas sugestões para construção deste artigo. Artigo escrito em 2009. Contato: anapaulapereiram@hotmail.com

função e funcional, de acordo com os diversos pontos de vista de quem os adota, assim como as proposições de funções da linguagem, tendo como base as análises de Neves, 1997, pp. 5-14.

Por fim, será feita uma explanação teórica e histórica acerca da evolução da abordagem funcional, tendo como ponto de partida a Escola Linguística de Praga e como ponto de chegada o funcionalismo norte-americano e seus princípios fundamentais, como *informatividade, iconicidade e marcação*.

II. Algumas considerações acerca do estruturalismo linguístico e de seus herdeiros, o formalismo e o funcionalismo

O século XX foi marcado por uma grande mudança no que concerne aos estudos do fenômeno da linguagem, uma vez que houve o deslocamento do historicismo para o descritivismo, configurando uma nova tendência de analisar as línguas naturais, denominada de linguística estrutural ou estruturalismo. Com a publicação do *Curso de Linguística Geral*¹, de Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916, inicia-se a linguística moderna, uma vez que, nesse período, passou-se a ter como foco a função que os elementos linguísticos exerciam no sistema. (Fiorin, 2008).

Assim sendo, a partir desse novo paradigma, Saussure, considerado o pai do estruturalismo, destacou que a língua constitui um sistema homogêneo e dinâmico, no qual “as unidades linguísticas obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente” (Martelotta, 2008:114). Logo, percebe-se que cada elemento linguístico só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte, o que implica considerar a língua “como uma estrutura, uma organização que segue leis internas, estabelecidas dentro do próprio sistema” (*op. cit.*, p. 114). Linguistas pós-saussureanos, influenciados pelas ideias de Saussure, passaram a considerar as línguas como entidades autônomas, independentes do uso na situação interativa do discurso.

¹ “As idéias de Saussure, que se tornaram ponto de partida do pensamento que caracteriza a linguística moderna, tornaram-se públicas a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, livro que é a reconstrução, a partir de notas redigidas por alunos, de três cursos lecionados por Saussure entre 1907 e 1911 na Universidade de Genebra, cidade onde o linguista nasceu. O trabalho foi organizado por dois discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye” (Costa In: MARTELOTTA, 2008, p.114).

Contudo, da Linguística Estrutural surge uma outra proposta, a qual enfatiza que as línguas não podem ser analisadas apenas como estruturas autônomas, dissociadas do uso, uma vez que elas existem para estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes. Desse modo, destaca-se a noção de *função*², segundo a qual a língua é entendida como um sistema funcional, ou seja, passa-se a valorizar o uso da língua enquanto voltado para uma determinada finalidade. Isso significa dizer que a intenção do locutor, ao utilizar a língua, passa a ser fundamental para a compreensão da sua natureza.

Assim, entre os primeiros linguistas, posteriores a Saussure, a estudarem a estrutura gramatical inserida na situação real de comunicação estavam aqueles que compunham o chamado Círculo Linguístico de Praga³. Para Martelotta (2006), essa alternância na abordagem estrutural, no que concerne ao estudo da língua ora como uma entidade autônoma, ora como um sistema funcional, influenciou duas grandes tendências teóricas que se fazem presentes nos estudos linguísticos, a saber: o *formalismo* e o *funcionalismo*.

O formalismo tem como principal teórico e primeiro representante o linguista norte-americano Noam Chomsky, que desenvolveu a teoria gerativa, a partir do final da década de 1950. Sua proposta era analisar, mais do que o desempenho dos falantes (seu uso), a sua competência, o seu conhecimento linguístico subjacente. Assim, “o papel do gerativismo no seio da linguística é constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar a natureza e o funcionamento da faculdade da linguagem”, característica mental da espécie humana (Kenedy In: Martelotta, 2008, p. 129). Logo, sua visão de língua é a de uma entidade autônoma, que não depende do uso, da comunicação na situação social.

Quanto ao funcionalismo, suas análises têm como base o princípio de que as funções externas à linguagem influenciam a estrutura gramatical das línguas. Logo, as línguas refletem uma adaptação às diferentes situações comunicativas. Desse modo, enquanto o primeiro modelo teórico tem seu foco de interesse na análise que busca deprender as propriedades comuns, universais da linguagem, o segundo modelo enfatiza a relação entre forma e função, considerando a língua como uma estrutura que

² Ver definição do termo *função* no item III.

³ O Círculo de Praga tornou-se mais conhecido por seus estudos no campo da fonologia, mas trouxe também inovações no campo da sintaxe e do discurso que não podem ser esquecidas. (cf. item IV adiante).

só pode ser explicada se levada em conta a comunicação. (Votre & Naro, 1996). Assim, é na segunda proposta, isto é, a escola linguística chamada funcionalismo, que se centra o foco de interesse deste artigo.

Antes de começar a tecer considerações acerca do modelo teórico funcionalista, valho-me das palavras de Neves (1997:01), ao afirmar que caracterizar o funcionalismo não constitui uma tarefa fácil, já que “os rótulos que se conferem aos estudos ditos ‘funcionalistas’ mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”.

Dessa forma, para a autora, existem diferentes modelos no interior do que vem sendo denominado *funcionalismo*, além de haver peculiaridades distintivas que marcam esses modelos. Apesar disso, Neves admite que há uma série de similaridades que unem tais modelos e que caracterizam a visão funcionalista da linguagem, configurando, assim, um denominador comum entre eles, ou seja, o postulado de que a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que o sistema linguístico só pode ser entendido a partir de noções como *cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação*, etc.⁴ (Neves, 1997: 3).

Diante disso, a autora destaca que as ideias do funcionalista Martinet sintetizam aquilo que é central na teoria funcionalista, ou seja, “o que deve constantemente guiar o lingüista é a competência comunicativa⁵, pois toda língua se impõe (...), tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência [do homem]” (Martinet, 1994:14, *apud* Neves, 1997:2). Isso implica considerar que, para os funcionalistas, a competência comunicativa é fundamental para construir e interpretar as expressões linguísticas e o seu uso de maneira eficaz.

Além disso, esse olhar para a competência comunicativa implica a noção de função num sentido amplo, que se relaciona ao papel da linguagem na vida dos indivíduos e que pressupõe a ideia de universalidade e de variabilidade. Logo, a concepção de língua passa a ser a de uma atividade social, que não existe por si mesma,

⁴ Givón (1979) afirma que, para explicar a estrutura linguística, deve-se fazer referência a tais parâmetros explanatórios substantivos.

⁵ De acordo com Neves (1997), Dell Hymes (1974) apresentou uma proposta de se investigar as regras do uso de uma língua, considerando o contexto linguístico e social em que a comunicação se realiza. Por isso, a expressão *competência comunicativa* é geralmente associada a esse autor.

mas em virtude do uso para fim de interação entre os seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional tem como principal questão a verificação dessa competência comunicativa dos usuários da língua, uma vez que as estruturas das expressões linguísticas são vistas como configurações de funções, observáveis em seus usos. Assim, vemos que própria organização interna da linguagem recebe um tratamento funcional.

Pensando neste aspecto funcional, é importante definirmos o termo *função*, uma vez que ele apresenta uma variedade de empregos, a depender do ponto de vista de quem o adota – os diversos linguistas que procuraram explicar a natureza do sistema linguístico em termos funcionais, por exemplo. Veremos, portanto, a seguir, tendo como base as análises realizadas por Neves (1997, pp.5-14), os diferentes pontos de vista de alguns autores em relação aos termos *função* e *funcional*, assim como as diferentes propostas de “funções” da linguagem.

III. O termo função

Neves diz que o termo *função* apresenta tamanha variedade de empregos, que se torna difícil caracterizar uma teoria linguística ao chamá-la de funcional. Assim, a autora destaca as concepções do termo *função* na visão de autores como Martinet (1994), Danes (1987), Dillinger (1991), Anscombe & Zaccaria (1990), Halliday (1973), entre outros. Pautada nas análises de Danes (1987), a autora observa que esses termos correspondem a diferentes conceitos atribuídos por diferentes linguistas funcionalistas, sempre correlacionados ao propósito comunicativo e ao contexto discursivo.

Martinet assevera que o termo funcional só tem sentido para os linguistas se correlacionado ao papel que a língua desempenha para os homens em sua experiência comunicativa. Para Dillinger, o termo função é usado na linguística para designar relações entre uma forma e outra, uma forma e seu significado e entre o sistema de formas e seu contexto. Anscombe & Zaccaria, bem como Halliday, afirmam que a função de uma entidade linguística é constituída pelo papel que ela desempenha no processo comunicativo.

Na Escola de Praga, destaca Neves, os termos *função* e *funcional*, embora sejam de uso corrente, não têm uma interpretação clara. Para os linguistas dessa Escola, o termo *função* tem uma concepção finalista, teleológica, ou seja, o uso da linguagem utilizado para um determinado fim. Nesse caso, a intenção do locutor configura-se como o fundamento do discurso. Essa concepção é concretizada no plano das *tarefas*, termo entendido como *função*, propósito ao qual os elementos linguísticos servem.

Diante disso, podemos dizer que, embora os termos *função* e *funcional* apresentem diversas definições, às vezes pouco claras, há um ponto em comum entre os diferentes autores: o de que esses termos só têm sentido se levados em conta o propósito comunicativo e o contexto discursivo.

No entanto, Nichols (1984) faz uma crítica às obras ditas funcionalistas, afirmando que a maioria delas, ao definir o termo *função* no sentido de propósito e de contexto, não estabelece uma distinção entre os dois. Logo, a autora propõe cinco sentidos principais para o termo *função* correlacionados a cinco diferentes componentes da gramática, que não se excluem mutuamente, a saber: *função/interdependência*, *função/propósito*, *função/contexto*, *função/relação* e *função/significado*. Assim sendo, para Nichols, *função* é um termo que compreende vários sentidos, todos relacionados à dependência de um elemento estrutural a elementos de outra ordem (estrutural ou não) e ao papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo:

Function is a polysemous term, not a collection of homonyms. All its senses signify the dependency of some given structural element on linguistic elements of another order or domain (structural or nonstructural); and they all have to do with the role played by a given structural element in the larger whole of language and communication. (Nichols, 1984, p. 98).⁶

⁶ Função é um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os seus sentidos se relacionam à dependência de um dado elemento estrutural com relação a elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não-estrutural), e todos eles têm a ver com o papel desempenhado por um dado elemento estrutural no conjunto mais amplo da linguagem e da comunicação. [Tradução minha]

3.1. As funções da linguagem

O estabelecimento de funções da linguagem toma como ponto de partida a proposta de Karl Bühler (1879-1963), autor que indica três funções, a saber: a de representação, a de exteriorização psíquica e a de apelo. Desse modo, para o autor, em cada evento de fala são reconhecidos três elementos: um *emissor* informa o *receptor* de *algo*, sendo, pois, nesse processo que se manifestam as três funções, “as quais não são mutuamente exclusivas, porém coexistem no mesmo evento” (Neves, p. 9). Assim, tal proposta de determinação das funções da linguagem pertence ao domínio comum daqueles que estudam esta questão.

Na Escola de Praga, Mathesius (1923, *apud* Neves, 1997:10) propõe que “a função externa básica da linguagem é a comunicativa, à qual se segue, como secundária, a expressiva – manifestação espontânea das emoções do falante”. Na realidade, a função comunicativa a que se refere Mathesius remete, segundo Neves, à *representação* e ao *apelo* propostos por Bühler, visto que o próprio ato comunicativo é tido como aquele que informa e apela.

Nas *Thèses* da Escola de Praga, o foco de interesse está em como essas funções, ao serem realizadas no processo comunicativo, alteram “a estrutura fônica, gramatical e léxica da língua”. Assim, em vez de uma classificação de funções, é apresentada “uma classificação de *línguas funcionais*, que traz oposições binárias, como interna/externa, intelectual/emocional, prática/teórica, etc” (Neves, p.10).

Entre os diversos autores que estabelecem proposições de funções da linguagem, há propostas de conjuntos de funções variadas, tais como as de Jakobson (1969) e as de Halliday (1977), que são das mais conhecidas.

Roman Jakobson, por exemplo, propõe um conjunto de seis funções da linguagem, levando em conta os elementos do processo comunicativo, a saber: contexto (*função referencial*); remetente (*função emotiva*); destinatário (*função conativa*); contato (*função fática*); código (*função metalingüística*) e mensagem (*função poética*).

Desse modo, para o autor, cada mensagem pode apresentar mais de uma função da linguagem, presentes em todo ato linguístico.

Michael Halliday faz uma proposição de funções da linguagem, tendo em vista o papel que a linguagem possui ao ser utilizada pelos falantes em suas experiências.

Assim, para o autor, “a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo, isto é, tem uma função ideacional”. Logo, é por meio dessa função que o falante/ouvinte organiza e incorpora na língua sua experiência dos fenômenos do mundo não só externo, mas também interno, isto é, “da sua própria consciência como suas reações, cognições, percepções, bem como seus atos linguísticos de falar e de entender” (Neves, p.13). Logo, essa metafunção corresponde não só à experiência de linguagem, como também às relações lógicas.

Em segundo lugar, destaca o autor, “a linguagem também serve à função interpessoal”, já que o falante usa a linguagem como um meio de interação verbal. Assim, essa função exerce um importante papel para “o estabelecimento e a manutenção dos papéis sociais, que são inerentes à linguagem” (Neves, p.13). Dessa forma, o elemento interpessoal é essencial para que o indivíduo possa expressar, além dos papéis sociais, as atitudes e outros aspectos que envolvem a participação na situação de fala.

Além dessas duas funções, existe uma terceira função que é fundamental para que o discurso se desenvolva. Trata-se da função “textual”, a qual permite a organização do discurso: este só se concretiza se o emissor produzir um texto e o receptor for capaz de reconhecê-lo. Assim, o texto não se limita, portanto, “ao estabelecimento de relações entre as frases, mas sim à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem tanto em si mesma como na sua relação com o contexto” (Neves, p.14).

É nesse sentido que, como aponta Neves, Halliday, ao introduzir a função textual, aproxima-se do que se diz “funcional” nos trabalhos dos linguistas da Escola de Praga, por considerar aspectos mais internos à linguagem. Veremos, portanto, a seguir, a formação da Escola Linguística de Praga, bem como a abordagem funcional desde a sua vertente europeia até a norte-americana.

IV. Abordagem funcional: da Escola Linguística de Praga ao funcionalismo norte-americano

Denomina-se *Escola Linguística de Praga* um grupo de autores que integram o que se conhece como *Círculo Linguístico de Praga*, idealizado em 1926 pelo linguista

Vilém Mathesius⁷. De acordo com Sampson (1980), atribui-se aos membros dessa escola as primeiras análises em termos funcionais, visto que os linguistas de Praga buscaram entender a linguagem, tendo em vista as funções desempenhadas pelos vários componentes linguísticos estruturais, considerando o uso.

O funcionalismo, apesar de herdeiro do Estruturalismo, caracteriza-se como um movimento que enfatiza as funções internas e externas das unidades linguísticas. Na realidade, a abordagem da Escola de Praga pode ser entendida como “um estruturalismo funcional”, já que, consoante as *Thèses* (1929) do Círculo Linguístico de Praga, a língua constitui um sistema funcional, no qual os aspectos estrutural (sistêmico) e funcional convivem lado a lado. (Neves, 1997:17).

De início, a Escola de Praga destacou-se na área dos estudos fonológicos. Entre seus principais representantes, estavam os linguistas russos Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson. Ao primeiro, devem-se as noções associadas aos aspectos funcionais utilizados na distinção entre fonética e fonologia. Quanto ao segundo, atribui-se o pioneirismo no conceito de marcação na morfologia. Esse conceito diferencia as categorias marcadas das não-marcadas, levando-se em conta um contraste binário. (Martelotta, 2008).

No que diz respeito à estrutura gramatical das línguas, Sampson (1980) diz que Mathesius lançou mão de uma concepção funcional da sentença, que deu origem, posteriormente, à “perspectiva funcional da sentença”, ou seja, à organização das palavras nas frases, tendo em vista sua distribuição na situação comunicativa. Dessa forma, passou-se a considerar a estrutura informacional dos enunciados, levando-se em conta o contexto discursivo. Logo, além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, a oração tornou-se uma unidade suscetível de análise no nível comunicativo.

Dentro dessa perspectiva funcional da sentença, a qual considera o uso das expressões linguísticas na interação verbal, destaca-se um modelo de análise da sentença em que a ordem das palavras é determinada pela situação de comunicação em que os enunciados são proferidos. Desse modo, considera-se a articulação entre o que é

⁷ Segundo Neves (1997:149), “é de 1923 o artigo de Vilém Mathesius em que vem apresentada a definição de frase elaborada sobre base funcional, em Praga, na Tchecoslováquia, e que tem seus estudos divulgados, especialmente, na publicação conhecida pela sigla TCLP: *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*”.

já *dado* ou aceito como informação conhecida e o que é apresentado como *novo* para o ouvinte. Assim, considerando esse dinamismo comunicativo, a frase é bipartida em um elemento com menor grau de dinamismo, o *tema*, e um elemento comunicativamente dinâmico, o *rema* ou *comentário*, que configuram estruturas básicas de progressão temática. (Marcuschi, 2001).

O *tema* representa a informação dada, ou já conhecida pelo ouvinte, caracterizando-se como um elemento que possui baixa informatividade. Refere-se, portanto, a algo já conhecido pelo ouvinte ou facilmente recuperável no contexto discursivo. O *rema* indica algum fato novo sobre determinado tema. Logo, é um elemento que se caracteriza com grau máximo de dinamismo e informatividade, porque contém a informação nova.

Diante disso, pode-se dizer que as sentenças, para os linguistas de Praga⁸, são consideradas como “unidades comunicativas porque, ao mesmo tempo em que veiculam informações, estabelecem ligação com a situação de fala e com próprio contexto lingüístico” (Neves, 1997:17). Assim, a ordem das palavras, para esses estudiosos, constitui o principal fator de organização informativa da frase.

Ainda no território europeu, funcionalistas como Michael K. Halliday, na Inglaterra, e Simon C. Dik, na Holanda, também manifestaram interesse na tendência funcionalista, desenvolvida na década de 70. Martellota (2008) ressalta que Halliday defende a ideia de que o estudo da linguagem e o seu desenvolvimento devem ser inseridos no processo de socialização dos falantes. Quanto a Dik, Nichols (1984) aponta que esse autor estabeleceu, considerando-se a estrutura sentencial, três níveis de função: sintático, semântico e pragmático.

Desse modo, ao estabelecer essa hierarquia, a teoria de Dik considera não só as funções que as estruturas gramaticais exercem no contexto discursivo, mas também as relações estabelecidas entre falantes e ouvintes na interação social. Nesse sentido, para esse autor, tal qual a proposta dos linguistas de Praga, a linguagem tem uma função teleológica, ou seja, sua finalidade última está relacionada ao êxito dos falantes no ato concreto da comunicação, isto é, a competência comunicativa.

⁸ As contribuições para o ponto de vista funcional da gramática, originadas pela Escola de Praga, sobretudo de Roman Jakobson e André Martinet, considerados importantes divulgadores do pensamento lingüístico internacional dessa Escola, são fontes para diversos trabalhos posteriores, como aqueles desenvolvidos na América, conforme item 4.1.

Essas considerações acerca dos postulados defendidos pelos diferentes autores funcionalistas europeus, sejam eles de Praga, da Inglaterra ou da Holanda, levam-nos a considerar que a concepção de analisar as línguas, levando-se em conta a constituição das estruturas linguísticas, bem como os modelos de interação pelos quais elas são utilizadas, tornou-se comum a todas as abordagens funcionalistas atuais. Assim sendo, trataremos do funcionalismo contemporâneo e de seus princípios fundamentais.

4.1. O funcionalismo norte-americano

De acordo com Fiorin (2002), os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade estão em consonância com o fato de que a língua é primordialmente um instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários.

Podemos dizer que a teoria *funcionalista* ganhou força nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Segundo Martelotta (2008), com a publicação do texto *The Origins of Syntax in Discourse: a case study of Tok Pisin relatives* de Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976, inicia-se o desenvolvimento da abordagem funcionalista de vertente norte-americana. Neste trabalho, as autoras evidenciaram que as estruturas sintáticas de sentenças relativas do Tok Pisin⁹ podem ser analisadas e entendidas, tendo em vista as motivações discursivas, ou seja, a estrutura sintática dessas sentenças é considerada como resultante de componentes do discurso.

Dando continuidade aos preceitos funcionalistas, Talmy Givón publica *From Discourse to Syntax* (1979) e Thompson, em co-autoria com Paul Hopper, publicam *Transitivity in grammar and discourse* (1980). Neste artigo, os autores revolucionam a concepção de transitividade, tirando-a do âmbito estrito do verbo para colocá-la no discurso. Assim, Thompson & Hopper consideram o contexto discursivo como motivador para os fatos da língua, pois defendem que o sistema da transitividade está relacionado com a formação de planos no discurso.

Para Givón (1979), a pragmática do discurso desempenha um papel decisivo na explicação da sintaxe da linguagem, o que implica dizer que, para ele, a sintaxe é uma

⁹ Língua de origem pidgin de Papua-Nova Guiné, ilha ao norte da Austrália.

entidade dependente, funcionalmente motivada por processos comunicativos e cognitivos. Nesse sentido, o autor postula dois pólos extremos de modalidade comunicativa: o pragmático e o sintático. Tais pólos podem ser caracterizados por suas propriedades estruturais, tendo em vista parâmetros funcionais. Ainda segundo Givón (1983), além de a oração ser considerada como unidade básica do processamento da informação, o discurso humano é multiproposicional. Assim, o autor estabelece a noção de continuidade tópica no discurso.

Nesse sentido, baseando-se na utilização concreta da língua pelos falantes, os funcionalistas admitem que a gramática é constituída a partir do discurso. Dessa maneira, a vertente funcionalista norte-americana compreende a língua como “um objeto maleável, probabilístico e não-determinístico” (Votre & Naro, 1996: 52). Em outras palavras, a gramática de uma língua, para a linguística funcionalista norte-americana, é concebida como um conjunto de regularidades que são convencionalizadas pelo uso concreto nas diferentes situações discursivas.

Como podemos perceber, a corrente funcionalista contemporânea difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo –, por considerar a linguagem como um sistema de interação social, buscando explicar as regularidades observadas no uso. (Martelotta, 2008). Logo, pode-se dizer que a Gramática Funcional amplia seu alcance para além dos fenômenos estruturais, uma vez que também analisa toda situação comunicativa: “o propósito do evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo” (Nichols, 1984: 97). Nesse sentido, os funcionalistas sustentam que a situação comunicativa motiva, explica, determina a estrutura gramatical, o que implica considerar que as construções gramaticais são moldadas por motivações de ordem semântica e pragmática.

Diante disso, existem alguns princípios fundamentais da corrente funcionalista em sua vertente americana, que constituem pontos privilegiados de investigação, tais como: *informatividade*, *iconicidade* e *marcação*. Antes de tratarmos desses princípios centrais da teoria funcionalista, vale repetir as palavras de Neves (1997:15), ao dizer o que seria uma gramática funcional:

Por uma gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e

as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso.

Assim, podemos dizer, então, que gramática funcional tem como pressuposto fundamental a interdependência entre as expressões linguísticas e o contexto de interação social em que elas são proferidas. Visto isso, tratemos dos princípios fundamentais do funcionalismo linguístico norte-americano:

4.2. Princípios do funcionalismo americano: *informatividade, iconicidade e marcação*

Como já mencionado anteriormente, o funcionalismo caracteriza-se por uma concepção dinâmica do funcionamento das línguas. Nessa perspectiva, a gramática é vista como dependente de fatores não só internos, mas também externos à língua. Nesse sentido, Votre *et alii* (1993) explicitam alguns princípios fundamentais que delineiam um perfil do funcionalismo contemporâneo.

O primeiro deles é o princípio da *informatividade*, que diz respeito ao conhecimento partilhado entre os participantes da interação verbal. Assim, cognitivamente, um indivíduo se comunica com intuito de levar a seu interlocutor uma informação a respeito de alguma coisa, que pode ser do mundo externo ou interno desse emissor, ou, até mesmo, uma tentativa de manipulação desse interlocutor.

Desse modo, segundo Votre, o fundamento da informatividade, além de abranger todos os níveis de codificação linguística, refere-se ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, durante o processo interativo do discurso. Para o autor, o princípio da informatividade tem sido aplicado ao estudo do *status informacional* dos referentes nominais, tais como “dado”, “novo”, “inferível”, etc.

Considerando a compreensão da noção de informação, Prince (1981:4) propõe, a partir do termo “familiaridade assumida”, um modelo sobre tipo de informação, levando-se em conta a definição de texto como *um conjunto de instruções de um falante*

*para um ouvinte sobre como construir um modelo de discurso particular*¹⁰, que contém entidades, atributos e elos entre as entidades.

Assim, a autora diz que a entidade (objeto do modelo de discurso) pode ser classificada como “new”, “evoked” ou “inferred”. A entidade “nova” corresponde àquela que está sendo introduzida pela primeira vez no discurso. Essa entidade se subdivide em dois tipos: totalmente nova – quando o falante precisa “criá-la” a partir do texto, podendo ser ancorada ou não-ancorada – e não-usada, quando se supõe que ela já é conhecida pelo falante.

No que se refere à entidade “evocada”, ela também se subdivide em dois tipos: “evocada textualmente” e “evocada situacionalmente”. A primeira representa aquelas entidades já mencionadas no texto, por isso, são chamadas de “evocadas textualmente”. A segunda se refere àquelas entidades evocadas situacionalmente, as quais representam os participantes do discurso e características salientes do contexto extralinguístico.

O terceiro tipo de entidade proposto por Prince é a “inferível”, que também possui uma subclasse especial de inferíveis, que são as “inferíveis incluídas” – a entidade da qual a inferência é feita é representada por um SN propriamente contido dentro do SN – e as “inferíveis não-incluídas” – caracterizada pelo que o falante supõe que o ouvinte poderia deduzir, ou por raciocínio lógico, ou por bom senso, sobre as entidades já evocadas ou inferíveis.

A partir desse modelo de tipos de informação, a autora evidencia que as entidades mencionadas no texto ou no contexto extralinguístico indicam o que se passa numa situação real discursiva, ou seja, aquilo que os participantes do discurso podem inferir sobre um determinado tipo de informação.

Ainda sobre a noção de informação, considerando os diferentes processos cognitivos ocorridos na mente do falante/ouvinte ao manipularem a informação dada/nova, Chafe (1984) diz que a mente humana retém grande quantidade de informação, mas só uma pequena parcela pode ser focalizada ou “estar ativa” num

¹⁰ “ (...) a text is a set of instructions from a speaker to a hearer on how to construct a particular discourse-model” (Prince, 1981: 4).

determinado momento, o que implica dizer que a capacidade humana de ativar informações é bastante limitada.

Para o autor, os termos “informação dada/velha ou “informação nova” podem causar confusão ao leitor. Assim, ele propôs uma nova terminologia no que diz respeito aos estados de ativação das unidades de entonação, que expressam as diversas informações e ideias sobre objetos, eventos e propriedades, as quais o autor chama de conceitos. Tais conceitos podem ser ativos, semi-ativos ou inativos.

O conceito ativo é aquele que está no foco da consciência do falante. Logo, possui uma entonação mais fraca por ser “informação dada” ou “velha”. O semi-ativo está na consciência periférica, mas não é focado diretamente no momento da fala. Portanto, configura um período de pausa na verbalização. Quanto ao conceito inativo, é aquele que está na memória de longo prazo, sem ser focado ou periféricamente ativado no momento da verbalização. A esses conceitos correspondem a informação dada (ativo), informação acessível (semi-ativo) e informação nova (inativo). A partir disso, podemos dizer que para Chafe a noção de consciência é fundamental para se decidir se uma informação é “dada” ou “nova”.

Nesse caso, vemos que o *status informacional* dos nomes é importante porque evidencia, além da ordenação que as formas linguísticas assumem na sentença, como as entidades são introduzidas dentro de um discurso. Isso também pode ser percebido em um outro princípio que veremos a seguir, ou seja, o princípio de *iconicidade*.

A *iconicidade* corresponde à relação motivada entre forma e significado, isto é, entre expressão e conteúdo. De acordo com Votre (1993:10), “a expressão tem a forma que tem por causa do conteúdo que veicula”. Para os funcionalistas, a estrutura da língua reflete, de alguma forma, a experiência do falante, o que implica dizer que o princípio da iconicidade se assenta na relação entre gramática e cognição. Em outras palavras, uma vez que a linguagem é um componente inerente à espécie humana, supõe-se que “a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana” (Cunha, Costa & Cezario, 2003).

Esse princípio da *iconicidade*, como explicitado em Votre *et alii* (1993), desdobra-se em três subprincípios: da quantidade de informação, da proximidade entre os constituintes (expressão e conteúdo) e da ordenação sequencial dos segmentos. O subprincípio da quantidade se manifesta da seguinte maneira: quanto maior e mais

relevante for a quantidade de informação a ser transmitida ao interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação.

Quanto ao subprincípio da proximidade, postula-se que os conteúdos que estão mais integrados no plano cognitivo também se manifestam com maior grau de integração no nível da codificação. Assim, prevê-se que quanto mais integrados cognitivamente forem os constituintes de uma palavra, de um sintagma, de uma oração ou de um parágrafo, maior será o grau de liberdade relativa entre eles. No que concerne ao subprincípio da ordenação, diz-se que a informação mais importante, mais previsível, mais tópica tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática. Logo, a organização ou a ordem dos constituintes, relacionada a considerações funcionais, revela aquilo que é mais importante para o falante.

Por fim, seguiremos com um outro importante princípio funcionalista: o princípio da *marcação*, o qual foi introduzido, originalmente, pela Escola Linguística de Praga. Para *Votre (op. cit.)*, esse conceito de *marcação* distribui, de maneira escalar, as estruturas da língua entre dois extremos: a categoria marcada e a não-marcada. Assim, as formas linguísticas marcadas são caracterizadas pela baixa frequência de uso em uma determinada língua, ou seja, são formas mais raras. Já as não-marcadas caracterizam-se pela alta frequência de uso, portanto, são mais usuais.

O autor destaca três critérios básicos para identificação dessas categorias, a saber: a complexidade estrutural, a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva. Do ponto de vista da complexidade estrutural, a forma marcada tende a ser mais complexa, ou mais elaborada, do que a forma não-marcada. Quanto à frequência de distribuição, a primeira, como já exposto, tende a ser mais rara do que a segunda. Em termos de esforço mental e exigência de atenção, a forma marcada é a mais saliente cognitivamente, visto que é a mais complexa do que a não-marcada.

Isso exposto, vemos que os estudos de orientação funcionalista têm como assunção básica a ideia de que a gramática de uma língua se configura como uma estrutura maleável, ou seja, que se adapta às pressões de uso a que está sujeita, considerando, portanto, não só contexto linguístico, mas, sobretudo, o extralinguístico para dar conta dos fatos da língua.

5. Considerações finais

Diante do que foi exposto, numa avaliação geral acerca funcionalismo linguístico, podemos perceber que essa corrente difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo –, uma vez que concebe a linguagem como um instrumento de interação social, além de buscar no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Isso implica reconhecer que a hipótese fundamental dessa linha de estudo, o funcionalismo, é a de que “do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua, com as características que lhe são peculiares” (Votre & Naro, 1996:51). Logo, considerando essa visão, vemos que a estrutura (ou a forma da língua) é uma variável dependente, resultante de regularidades das situações comunicativas.

Além disso, para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Assim, o funcionalismo tem como questão básica a não-autonomia dos níveis gramatical e discursivo, já que, para os linguistas funcionalistas, é a situação real de comunicação que determina a estrutura gramatical das línguas.

Referências Bibliográficas

- CHAFE, Wallace. *Cognitive constraints on information flow*. In: TOMLIN, R. (ed.) **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam, J. Benjamins, 1984.
- CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
- FIORIN, José Luiz. (org.) **Introdução à Linguística**. 5. ed., 2^a reimpressão. S. Paulo: Contexto, 2008.
- GIVÓN, Talmy. **From discourse to syntax: grammar as a processing strategy**. In: GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and Semantics* vol.12 **Discourse and Syntax**. New York: Academic Press, pp. 81-112, 1979.
- **Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Progressão referencial e gêneros textuais**. Universidade Federal de Pernambuco. CNPq, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Funcionalismo**. In: WILSON; MARTELOTTA & CEZARIO. **Linguística: fundamentos**. Rio de Janeiro: CCAA, 2006.

----- (org.). **Manual de Linguística**. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**, v. 43, 1984, pp. 97-117, Berkeley.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.) **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981.

SAMPSON, Geoffrey. **Schools of Linguistics**. California: Stanford University Press, 1980.

VOTRE, Sebastião Josué. & NARO, Anthony Julius. *Mecanismos funcionais do uso da língua*. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; & MOLLICA, M. C. (orgs.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VOTRE, Sebastião Josué (org.). **Funcionalismo em Linguística: Iconicidade**. Edição de Suzana d'Ávila C. Rigoni. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Letras. Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.

Domínios de Lingu@gem